

MOSAICO **inform**⁴²

INFORMAÇÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS
E O TRABALHO DO MOSAICO | INSTITUTO PARA A CIDADANIA



MULHER E CIDADANIA



Informando - Pág. 04
PRÁTICA ANIQUILA A LEI



Figura em destaque - Pág. 09
ANÁLIA DE VICTÓRIA PEREIRA



Entrevista - Pág. 14
AGBESSI CORA NETO



MOSAICO inForm

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE

MOSAICO | Instituto para a Cidadania

NIF: 7405000860

Nº DE REGISTO: MCS – 492/B/2008

DIRECÇÃO

Júlio Candeeiro, op
Pedro Ouana, op

SUPERVISÃO

Sílvia Cristina

REDACÇÃO

António Gongá
Deonilde da Graça
Mandele Rocha

FOTOGRAFIA DE CAPA

Clemente dos Santos | Angop

COLABORADORES

Carla de Oliveira
Djamila Ferreira

ARTE GRÁFICA

André M. Cupessala
Gabriel Kahenjengo

CONTACTOS

Bairro da Estalagem - Km 12 | Viana
TM: (00244) 990 775 815
TM: (00244) 929 775 815
Caixa Postal 2304 - Luanda | Angola
E-mail: mosaiko@mosaiko.op.org
www.mosaiko.op.org
www.facebook.com/MosaikoAngola

IMPRESSÃO

Damer Gráficas SA – Luanda

TIRAGEM: 2500 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Os artigos publicados expressam as opiniões dos seus autores, que não são necessariamente as opiniões do Mosaiko | Instituto para a Cidadania.

COM O APOIO



NORWEGIAN CHURCH AID
actalliance

índice

MOSAICO INFORM Nº 42 - MARÇO 2019
TEMA: MULHER E CIDADANIA

- PÁG. 03 *editorial*
A voz da maioria deve ser tida em conta
- PÁG. 04 *informando*
Quando a prática aniquila a lei
- PÁG. 08 *estórias da história*
Africanas que marcam a história
- PÁG. 09 *figura em destaque*
Anália de Victória Pereira
- PÁG. 10 *construindo*
Uma igualdade que gera violência
- PÁG. 14 *entrevista*
Agbessi Cora Neto
- PÁG. 18 *reflectindo*
Ser consciente e mudar
- PÁG. 20 *notícias*
Mosaiko forma transformadores

“ POR VEZES SENTIMOS QUE AQUILO QUE
FAZEMOS NÃO É SENÃO, UMA GOTA DE ÁGUA NO
MAR. MAS O MAR SERIA MENOR SE LHE FALTASSE
UMA GOTA ”

Madre Teresa de Calcutá



editorial

A voz da maioria deve ser tida em conta

Júlio Gonçalves Candeeiro, *op*
Director Geral

Fotografia: ©André Cupessala

Estimado leitor/a

A participação na vida pública é um direito humano fundamental, pois faz de cada pessoa um actor da sua vida, não um receptor das decisões de terceiros. Desde os tempos mais antigos, as sociedades debateram-se com a questão da participação das classes mais desfavorecidas nos processos políticos. Os Direitos Humanos (DH) são propriedade de todos, sem discriminação de etnia, cor, sexo, religião, enfim... É o que diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mas a realidade mostra-nos que hoje, a pobreza, a fome e a violação de Direitos Humanos afectam, em sua maioria, o mundo feminino. Por exemplo, a maior parte da população Angolana é constituída por mulheres, mas, do ponto de vista de vida pública e de garantia dos DH, são as que mais sofrem com a exclusão.

A humanidade tem vindo a esforçar-se para inverter a escandalosa situação, em que a maioria (mulheres) é dominada por uma minoria (homens).

Para ajudar-nos a reflectir sobre estes aspectos, a presente edição do **Mosaiko Inform** é dedicada à participação da mulher na vida pública, contando histórias de vida e experiências de mulheres que transpuseram as barreiras da discriminação familiar, social e política e chegaram, muitas

delas, ao topo. Tal como Anália de Victória Pereira, a primeira mulher candidata à Presidência da República, uma combatente da nova Angola e da luta pela igualdade de oportunidades.

Para que a nossa sociedade possa ter mais mulheres em posições cimeiras, o Estado deve ser mais eficaz na criação e implementação de políticas que promovam a participação das mulheres. Aliás, Angola já assinou vários Tratados e Protocolos que promovem os Direitos da Mulher. Um fruto destes compromissos foi a criação da sua própria Lei Contra a Violência Doméstica (Lei 25/12).

Todavia, o desafio é ainda muito elevado: a lei contra a violência doméstica continua desconhecida e não regulamentada, além de que os factores culturais, económicos, políticos e religiosos contribuem para e/ou perpetuam a exclusão da mulher na sociedade. A igualdade de oportunidade para participar na vida pública é uma luta pelos DH. Nesta luta, cada um(a) de nós deve ser o primeiro(a) agente de promoção de um espaço igual entre mulheres e homens. E esta transformação começa pela educação das jovens meninas, a quem se continua a negar o direito à escola e à vida profissional e se relega apenas o papel de gerar, cuidar dos filhos e do marido.

Boa leitura!



Estamos abertos de **Segunda a Sexta-Feira, das 8h30 até 16h30** e **Sábado das 8h30 até 12h00**. Mais informações: 929 775 815

www.mosaiko.op.org | www.facebook.com/mosaikoangola

informando

QUANDO A PRÁTICA ANIQUILA A LEI

Mais de 50% da população angolana é feminina, mas até hoje são poucas as decisões e organizações pensadas a partir da realidade da mulher.

A situação piora quando nem mesmo as leis que existem para proteger e defender os direitos das mulheres são observadas ou respeitadas, tal como mostram os casos relatados ao Mosaiko Inform, exemplos de como a prática realmente acaba por aniquilar a lei.



Luanda | © Adriano Anderson

“Trabalhava numa empresa há quatro anos. E quando soube que estava concebida, as dificuldades começaram. Mesmo apresentando o atestado médico aos patrões, que dizia que a minha gravidez era de risco. As condições de trabalho eram precárias e o lugar insalubre. Além disso, trabalhava de pé, o dia todo”, conta Maria Luísa Tomé (nome fictício), 22 anos.

Só no último mês de gravidez é que os patrões permitiram que ficasse em casa. Nessa altura, Maria Luísa resolveu reivindicar o direito de continuar a receber o seu salário, “mas, eles não aceitaram, não prestaram

“O bebé nasceu e um mês depois, enviaram-me mensagem a dizer para voltar ao trabalho, senão iria perder a vaga”

nenhum tipo de assistência, ainda pediram para ir trabalhar e quando chegava, diziam que não tinham uniforme próprio para grávida e que voltasse no mês seguinte”.

O bebé nasceu e um mês depois “enviaram-me mensagem a dizer para voltar ao trabalho, senão iria perder a vaga. E então, obrigatoriamente, tive que deixar a bebé com minha mãe e voltar a trabalhar. Eu não estava totalmente em condições, porque tinha feito cirurgia e nem podia esforçar-me muito”, explica.



Fotografia | © Ae Cupessala

“Eu sabia que tinha o direito de sair mais cedo, para amamentar a criança, além do direito de receber salário durante o tempo de repouso, a licença de maternidade... Mas os patrões não facilitaram. Quando tentei falar sobre os meus direitos, diziam que quem saíria a perder era eu. Então, não levei o caso adiante e tive que me submeter a estas condições, para não ficar sem trabalho e garantir o sustento de casa”, conta a jovem mãe.

Este caso é um entre milhares de situações idênticas em que mulheres, por receio de ficar sem sustento, vêem os seus direitos violados pelos seus empregadores. Conforme mostra o resultado de uma análise feita pelo Observatório de Políticas Públicas na Pers-

pectiva do Género – ASSOGE, no decorrer do Projecto Whatu Wa Nguzu, em 2017, mais de 570 trabalhadoras foram entrevistadas e mais de metade afirmaram que os patrões não respeitam os prazos da licença e nem o que consta na lei.

Contudo, tendo em mente que o desconhecimento também contribui para a não observância da lei, importa relembrar que a Licença de Maternidade garante que “as trabalhadoras grávidas têm direito à Licença de maternidade de três meses. A licença começa quatro semanas antes da data esperada de nascimento (licença pré-natal) e as restantes 9 semanas, a serem tomadas após o parto (licença pós-natal).” (Fonte: Artigo 5-7 do Decreto Presidencial sobre a

Protecção da Maternidade (n.º 8/11 de 7 de Janeiro de 2011)

O Estado, que deveria ajudar a garantir tais direitos, acaba por ser conivente por não fiscalizar e impedir essas práticas e, mesmo quando se tornam casos de justiça, a morosidade dos processos, impossibilita qualquer resolução eficaz.



Angola | © Adriano Anderson

informando

QUANDO A PRÁTICA ANIQUILA A LEI

Ou bastaria que se cumprisse o Direito Salarial, na Lei nº 8/11 de 7 de Janeiro de 2011 : Todas as trabalhadoras são abrangidas pelo regime de protecção

social obrigatória. O empregador deve pagar os benefícios em dinheiro antecipadamente à empregada. O empregador é mais tarde reembolsado pelo Sistema de Segurança Social do Estado. (Fonte: Artigo 9-11 do Decreto Presidencial sobre Protecção à Maternidade).

Assédio sexual: A culpa é delas?

“O assédio sexual é condenável com prisão de até três anos ou com multa de até 360 dias. E se a vítima for menor de idade, a pena é de um a quatro anos de prisão”, artigo 188º do novo Código Penal.

O crime de assédio sexual no trabalho ainda é pouco falado, mas a advogada Ana Paula Godinho assegura que o assédio sexual existe. “Em diversas situações, a mulher, para subir de posto de trabalho, é assediada e, por vezes, acaba por ceder. E nos casos em que não cede, não é promovida ou até é despedida do trabalho”.

Vale também lembrar a culpa que muitas mulheres sentem, após sofrerem assédio e questionam-se quanto às razões que desencadearam o comportamento. “Se usaram roupa ousada demais ou se deram algum sinal para que o homem se sentisse no ‘direito’ de ultrapassar os limites. Com isso, a sociedade também vai adoptando um comportamento cada vez mais machista em relação à mulher”, refere a advogada.

Acontece que até à aprovação da Lei contra a violência doméstica (Lei Nº 25/11, de 14/07/2011), o assédio sexual, no local de trabalho, não constituía crime.

“A mulher, para subir de posto é assediada. E nos casos em que não cede, não é promovida ou até é despedida do trabalho”

Até porque é muito difícil provar, já que é a palavra de um contra o outro e, na maior parte dos casos, as mulheres quando denunciam publicamente uma situação de assédio ou de violação, os tribunais ao invés de protegê-la, censuram-na e, por isso muitas mulheres não denunciam.



Ana Paula Godinho conta que, recentemente, ouviu um administrador municipal dizer que “as mulheres são violadas, porque andam com saias curtas, quando as pessoas pensam assim, é obvio que as mulheres que são violadas nem vão fazer queixa. Onde deveriam ser acolhidas e protegidas, às vezes, sofrem outras violências, como por exemplo, quando chega à Esquadra para fazer a queixa, é novamente violada pelo instrutor do processo, depois pelo juiz, enfim, as violações são sucessivas”.

“Temos uma sociedade muito machista. E o machismo tem ajudado para que tenhamos leis machistas” pontualiza a advogada ao lembrar-se de uma situação que só reforça esta ideia: “Ao chegar ao Tribunal para defender alguém que foi vítima de um crime sexual, eu mesma senti-me ultrajada enquanto mulher. Pela conversa, entendeu-se que o Tribunal queria que se desse razão ao violador, justificando que ele só fez aquilo (assediou a mulher), porque foi provocado”.

Apenas uma condenação em 30 anos

Ana Paula Godinho relata ainda outra situação de há alguns anos. Uma senhora que havia casado em segundas núpcias, apresentou queixa contra o marido por ter violado a sua filha, uma jovem maior de idade. No Tribunal, o padrasto alegou: “tive uma relação com a minha enteada, porque ela me seduziu”.

E já tudo se encaminhava para ilibação, até que o juiz pediu para ver a jovem e notou que ela tinha um atraso mental. E só então, o juiz decidiu condenar o padrasto a quatro anos de prisão. “Em mais de 30 anos como advogada, este foi o único caso, em que vi um homem e naquela altura, com certa notoriedade social, a ser condenado, pelo facto de ter violado uma jovem”, constata Ana Paula Godinho.

Independente das circunstâncias em que o assédio ou a violação sexual decorrem é aconselhável que as

“Temos uma sociedade muito machista”

pessoas denunciem, procurem um advogado de confiança e que os Tribunais exerçam as suas funções de acordo com a Lei e não com as convenções sociais que, injustamente, condenam à partida as mulheres.

Leis em teoria, práticas sem lei

Se olharmos para o contexto dos Países Africanos, Angola é um dos países na vanguarda quanto à criação de leis de protecção das mulheres, prontas para serem colocadas em prática, mas não é isso que acontece.

“O problema é que quem governa e quem faz as leis vivem distantes da realidade, mas não podemos esquecer que as leis são feitas para serem cumpridas e adequadas aos contextos”, defende a advogada.

“O machismo tem ajudado para que tenhamos leis machistas”

Entretanto, o Estado deve capacitar os seus agentes de justiça, criar um ambiente seguro para que as pessoas façam denúncias e desenvolver programas sérios e sólidos de educação sexual nas escolas. ●

Texto: *Silvia Cristina*

estórias da história

AFRICANAS QUE MARCAM A HISTÓRIA

A história Africana é marcada pela vida de mulheres que desafiaram paradigmas, romperam costumes, conquistando o poder e o respeito no continente e no mundo.



KIMPA VITA
(1684-1706)

Profetisa do Reino do Kongo, lutou contra a dominação cultural e religiosa europeia, tendo se recusado a professar o cristianismo. Foi queimada viva nas fogueiras da inquisição católica.



WANGARI MAATHAI
(1940-2011)

Ganhou o Nobel da Paz em 2004, fundou o movimento Cinturão Verde Pan-africano, uma organização não-governamental focada na plantação de árvores e conservação ambiental, iniciativa que permitiu plantar mais de 30 milhões de árvores.



DJAIMILIA DE ALMEIDA
(1982)

Escritora Angolana, venceu o Prémio Literário Fundação Inês de Castro 2018, com o livro “Luan-da, Lisboa, Paraíso”. Em 2016, venceu o Prémio Novos – Literatura 2016 da Rolex Mentor and Protégé Arts Initiative, com o seu primeiro livro “Esse Cabelo”.

Fotografias: ©DR

Njinga Mbande (1583-1663)

Rainha do Ndongo e da Matamba, lembrada como símbolo de resistência ao colonialismo português.

Ellen Johnson-Sirleaf (1938)

Primeira mulher democraticamente eleita presidente da Libéria. Venceu o Nobel da Paz 2011.

Nandi ka Bhebhe (1760-1827)

A sua resistência à humilhação e rejeição social para proteger o seu filho, Shaka Zulu, tornou-a rainha e conselheira do clã sul-africano.

Nadine Gordimer (1923-2014)

Escritora sul-africana, autora de mais de 30 livros, maioritariamente, crónicas sobre a deterioração social que afectou o país durante o Apartheid.

Deolinda Rodrigues (1939-1968)

“Mãe da Revolução”, com nome de guerra Languidila, deu vida à luta pela liberdade de Angola.

Angélique Kidjo (1960)

Cantora beninense venceu o GRAMMY Awards de “Melhor Álbum de World Music Contemporâneo” 2008.

Ameenah Fakim (1959)

Primeira Chefe de Estado muçulmana das Ilhas Maurícias (2015–2018).

Anália de Victória Pereira (1941-2009)

Primeira mulher candidata à presidência da República de Angola em 1992.

Elisa Gaspar

Neonatologista Angolana, premiada no Brasil pelo trabalho sobre Malária Congénita.

Chimamanda Ngozi (1977)

Feminista e escritora de três romances aclamados pela crítica: “Hibisco Roxo” (2003), “Meio sol amarelo” (2006) e “Americanah” (2013). ●

figura em destaque

ANÁLIA V. PEREIRA

“Mamã Coragem”

Mulher de ideais firmes que consistiam em recuperar a dignidade dos Angolanos.



Fotografia: ©Ae Cupessala | Arquivos Alexandra Simeão

“De nada adianta que o país enriqueça, se a grande massa do povo estiver pobre. É preciso que existam casas, estradas, telefones, saúde, educação, energia e água”

A determinação e sentido de humanidade são características que, por si só, poderiam destacar esta mulher, contudo, o facto de ter sido a primeira a candidatar-se às eleições presidenciais, em 1992, continua a justificar, lembrar hoje, a vida da única Angolana que chegou ao mais alto nível de participação e de intervenção política no país.

Anália Victória Pereira nasceu em Luanda, a 3 de Outubro de 1941, para uma vida marcada pela política, ao ponto de obrigá-la a sair de Angola, em 1975. Viveu exilada com marido e a filha, durante 16 anos em Portugal, onde, em 1983, co-fundou o Partido Liberal Democrático (PLD).

Regressou ao país em 1991 e legalizou o PLD, para poder entrar na primeira corrida eleitoral pós-independência, em Setembro de 1992. A partir de então, “Mamã Coragem”, um apelido atribuído pelo marido, Carlos Simeão, e que foi muito popularizado, na altura por quem entendia, claramente, a sua visão de uma Angola para todos e reconhecia a sua preocupação com o bem-estar de todos os cidadãos.

Os problemas sociais que afectavam os Angolanos, não eram apenas focos de campanha eleitoral, o seu discurso contra as desigualdades era uma constante, apesar de um ambiente político que hostilizava e diabolizava vozes contrárias à corrente dominante.

“De nada adianta que o país enriqueça, se a grande massa do povo estiver pobre. É preciso que existam casas, estradas, telefones, saúde, educação, energia e água. Não queremos um desenvolvimento económico apenas para uma minoria, mas que ele se re-

flicta no bem-estar de todos os cidadãos”, frisou num discurso, proferido em 2005.

Num cenário de pós-guerra ainda marcado pela crescente violência entre os jovens, Anália Victória Pereira não se ficou apenas pela constatação. Exigia que o Estado não negligenciasse “os seus deveres fundamentais de assegurar a protecção do cidadão, da sua vida e património”, acrescentando que “a falta de oportunidades na educação, na saúde e no trabalho gera a revolta, devendo o combate à violência traduzir-se no esforço por uma sociedade mais justa e mais humana”.

A mesma voz que defendia, nas ruas, um desenvolvi-

“O combate à violência deve traduzir-se no esforço por uma sociedade mais justa e humana”

mento económico encarado de “forma muito séria e programada” para atingir um maior desenvolvimento social, chegou ao Conselho da República, enquanto presidente do PLD e neste órgão de consulta do Presidente da República, Anália Pereira não esqueceu os seus ideais que consistiam em recuperar a dignidade dos Angolanos através de medidas concretas.

O PLD chegou a ser o quarto maior grupo parlamentar em 1992. Anália Victória Pereira foi presidente do PLD desde a sua fundação, nas últimas eleições em que participou (2008), conseguiu eleger três deputadas pelo seu partido. Faleceu em Janeiro de 2009. ●

Texto: *Mandele Rocha*

construindo

UMA IGUALDADE QUE GERA VIOLÊNCIA



A igualdade entre homens e mulheres está a gerar violência. Os países mais iguais do mundo são também os que registam um elevado número de casos de violência contra a mulher.

Paralelamente ao índice global do Fórum Económico Mundial (FEM) que atesta a igualdade em 149 países, sobre os países que lideram este índice, também são divulgados relatórios e pesquisas que demonstram um cenário de permanente risco para as mulheres, nesses mesmos países.

A aparente igualdade esconde uma participação e intervenção da mulher condicionada à vontade do homem. As medidas para diminuir as desigualdades ainda encontram grandes resistências e, assim alimenta-se uma imagem de igualdade não paradoxal, incapaz de transpor hábitos e culturas.

Suécia o “paraíso da igualdade”

Desde 1974, a licença parental é remunerada e hoje, durante um ano e três meses, o pai ou a mãe, podem ficar em casa e cuidar dos filhos recém-nascidos. Desde 1990, discriminar o género nos locais de trabalho é ilegal. Em 2014, após as eleições, a Suécia autoproclamou-se: O primeiro governo feminista do mundo.

Lidera os rankings de igualdade do género, figura por norma, no Top 5 do Índice Global

Gender Gap do FEM e tem um Estado social consolidado que permitiu elevar a qualidade e as condições de vida das famílias. A Suécia é descrita como o paraíso da igualdade e, em 2018, o terceiro melhor país do mundo para as mulheres.

O “Paradoxo Nórdico”

Em 2018, na Suécia foram registadas 22 mortes de mulheres que foram assassinadas pelos seus parceiros actuais ou por ex-parceiros. O número de vítimas anuais atingiu um pico no ano passado, ainda que na última década oscile entre 12 a 17 mulheres mortas por ano.

Em 2016, dois pesquisadores universitários, Enrique García e Juan Merlo, escreveram um ensaio em que





Fotografia: © Ae Cupessala

explicavam o “Paradoxo Nórdico” - Dos cinco países que lideram os rankings da igualdade do género, três (Dinamarca, Finlândia e Suécia) têm a média mais alta de violência doméstica contra a mulher vítima do parceiro ou ex-parceiro.

Estudos que expliquem este fenómeno não são conhecidos, entretanto, o estudo europeu que atesta a elevada prevalência de violência contra a mulher na Suécia, conclui que a “igualdade do género pode

“Dos cinco países que lideram os rankings da igualdade do género, três têm a média mais alta de violência doméstica contra a mulher ”

levar a níveis mais elevados de denúncia de casos de violência contra as mulheres. Estes incidentes de violência são mais propensos a ser abertamente abordados e desafiados em sociedades com maior igualdade”.

O chefe da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais, Morten Kjaerum, sustenta que “há um nível de stress que se cria quando as regras do género mudam e os padrões antigos são desafiados”, pelo que “emerge um cenário de alto nível de abusos

que afectam a maioria das mulheres, mas que sistematicamente não é reportado às autoridades”.

“A reacção contra as mulheres em sociedades mais igualitárias é de raiva em relação ao status, consideravelmente alto que as mulheres atingem em comparação aos seus parceiros”, apontaram os pesquisadores universitários que também não descartam o facto de os três países partilharem “padrões semelhantes de consumo abusivo de álcool”.

Em 2014, a Suécia aderiu à Convenção de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher e Violência Doméstica (Convenção de Istambul). No ano passado, adoptou uma nova legislação sobre ofensas sexuais com base no consentimento. Contudo, movimentos feministas e plataformas governamentais para a igualdade admitem que há ainda muito a fazer para que o nível de violência contra a mulher diminua.

Ruanda a “Suécia de África”

Desde 2014 que o Ruanda consta nos primeiros cinco ou dez lugares da lista anual da FEM. Depois do genocídio, em 1994, levado a cabo pela etnia hutu, morreram perto de 800 mil pessoas (70% da população da etnia tutsi), sobretudo, homens e, nessas circunstâncias, as ruandesas foram “convocadas” a participar activamente em diferentes esferas eminentes do país.

Nos anos que se seguiram, foram instituídas vagas para mulheres, quotas no serviço público, nos órgãos de decisão e imposta a igualdade do gênero na educação, cuidados de saúde, aquisição de terras, direito de herança e de propriedade.

Além disso, foram ainda criados conselhos locais, exclusivamente femininos, em 1996, para incentivar uma maior participação na política. Hoje é, no mundo, o país com o maior número de mulheres no parlamento. Elas ocupam 64% dos lugares da Câmara Baixa, além de 49 vagas no Senado que é composto por 80 lugares.

“O papel da mulher na verdade mudou. Elas têm direitos e até têm assento no Parlamento, mas o parlamento ruandês não tem poder”

Na última década, a esperança de vida aumentou mais 10 anos e o Ruanda continuou a figurar entre os primeiros países com menor fosso entre homens e mulheres. A economia cresceu e elevaram-se os padrões de vida da população, nesse mesmo período, a taxa de mortalidade infantil caiu dois terços e o acesso ao ensino primário, actualmente, é quase universal.

Representatividade e participação limitada

Estes avanços, por um lado chamam a atenção do mundo e muitos apelidam o Ruanda como “a Suécia de África”, por outro escondem outro Ruanda, onde a intervenção das mulheres permanece limitada. Victoire Ingabire e Diane Rwigara decidiram, corajosamente, desafiar Paul Kagame que, entretanto em 2015, garantiu a sua permanência como presidente do país até 2034.

Em 2010, Ingabire candidatou-se às eleições presidenciais e acabou detida. Sete anos depois, Rwigara também foi candidata às presidenciais, mas foi acusada de incitação à revolta e teve o mesmo destino.

Depois de um ano e duas semanas de reclusão, Diane tornou-se o exemplo da deterioração da liberdade de expressão e do pluralismo político que a Human Rights Watch reportou em 2017, além de execuções extrajudiciais, detenção arbitrária, maltrato e tortura dos cidadãos que não idolatram Kagame.

“Tudo o que Kagame faz, faz para impressionar o ocidente”, revelou Rwigara numa entrevista no ano passado. E ainda em declarações ao Spiegel, jornal alemão, Christopher Kayumba, professor e jornalista ruandês, constatou que “o papel da mulher na verdade mudou. Elas têm direitos e até têm assento no Parlamento, mas o parlamento Ruandês não tem poder”.

Se por um lado, em 2008, a violência doméstica tornou-se ilegal e foram fixadas punições severas para os casos de estupro, por outro, a violência contra a mulher é aceite social e culturalmente por homens e mulheres. É facto que mais de 500 mil mulheres foram violadas durante os 100 dias em que decorreu o genocídio, a violação sexual foi usada como arma e deixou marcas profundas e reais, milhares de crianças foram concebidas dessa forma.

A população ruandesa é maioritariamente feminina, mas apesar do empoderamento das mulheres, a sociedade determina que apenas o homem decide e domina. Pesquisas recentes, em que se analisaram meios rurais e urbanos, demonstraram que a maioria das mulheres considera que os homens são mais fortes e superiores, além disso, explica a violência conjugal como resultado de uma característica mas-



Os melhores países para as mulheres

Posição	2018	2017	2016	2015	2014
1º	Islândia	Islândia	Islândia	Islândia	Islândia
2º	Noruega	Noruega	Finlândia	Noruega	Finlândia
3º	Suécia	Finlândia	Noruega	Finlândia	Noruega
4º	Finlândia	Ruanda	Suécia	Suécia	Suécia
5º	Nicarágua	Suécia	Ruanda	Irlanda	Dinamarca
6º	Ruanda	Nicarágua	Irlanda	Ruanda	Nicarágua
7º	Nova Zelândia	Eslovénia	Filipinas	Filipinas	Ruanda
8º	Filipinas	Irlanda	Eslovénia	Suíça	Irlanda
9º	Irlanda	N.Zelândia	N.Zelândia	Eslovénia	Filipinas
10º	Namíbia	Filipinas	Nicarágua	N.Zelândia	Bélgica
11º	-----	-----	-----	-----	-----
125º	Angola	123º Angola	117º Angola	126º Angola	121º Angola

Fonte: Índice Global Gender Gap do Fórum Económico Mundial - 149 países em análise

culina e de um sistema social e familiar que tende a promover a aceitação da violência contra a mulher.

Já a auto-percepção do homem está muito associada ao poder e controlo que tem sobre a mulher. Os dados são preocupantes, prevêem que 1/3 das mulheres e meninas com idades entre 15-49 anos passarão por violência sexual e física do seu parceiro.

“As comunidades dizem que o problema é o álcool, mas falei com alguns homens que me disseram que o problema com o álcool é porque as mulheres estão mais empoderadas e os homens vão para os bares e isso perpetua a violência”, constatou a professora de Saúde Global da University College London, Jenevieve Mannell, acrescentando que “é necessário ter uma abordagem de igualdade do género no Ruanda, sem isso acabaremos por desenvolver soluções que culpam a mulher pela violência e isso é realmente perigoso”.

Reeducação nas escolas

Entretanto, desde 2015 está a ser implementado em 174 escolas ruandesas, o programa de reeducação: “Escola segura para meninas”, consiste numa aprendizagem própria para meninas e meninos adolescentes. Até então cerca de 47 mil meninas e 19 mil meninos já passaram por este programa que se opõe à norma cultural e procura acabar com a violência antes que se inicie.

As adolescentes aprendem sobre independência financeira e saúde reprodutiva para planeamento familiar. Já os rapazes são ensinados a denunciar abusos, a respeitar as meninas e mulheres na sua vida e na sala de aula. ●

Texto: Mandele Rocha

entrevista

AGBESSI CORA NETO

“As barreiras são tantas que é preciso denunciá-las.”



Fotografia: ©Ae Cupessala

Agbessi Cora Neto, feminista e advogada, defende que se denunciem as barreiras contra a participação das mulheres nos espaços de decisão e de liderança do País.

Como vê a situação da mulher, hoje, no mundo e em Angola?

É uma situação que deixa muito aquém, o real potencial que as mulheres têm. Basicamente, penso ser este o desafio: compatibilizar o potencial das mulheres e o papel que elas podem exercer na sociedade, no país e no mundo e, sobretudo, remover as barreiras

legais, culturais, políticas e económicas, para que possam desempenhar cabalmente o seu papel. Não nos restringindo apenas à divisão social das actividades em função do género, mas ampliando as nossas visões para que as mulheres possam fazer o que quiserem e, das famílias e da sociedade, esperarem o apoio necessário para que se sintam plenamente realizadas.

Segundo o Censo 2014, há mais mulheres do que homens, mas esta realidade não se reflecte nos espaços de decisão e de liderança do País...

Não se reflecte e não sei se alguma vez se reflectiu. O que temos que perceber é como os homens ou as mulheres, geralmente chegam aos espaços de decisão. Não chegam por mero acaso!

Uma menina que faça parte de uma família de classe média alta ou alta, por exemplo, por mais cara que seja a sua educação, antes ou até mesmo depois de terminar a educação superior, esta menina não vai ser pressionada para fazer uma boa carreira, mas sim para casar. Em famílias menos favorecidas, geralmente há muitos filhos e havendo dificuldades financeiras, mantêm os rapazes na escola e a menina fica em casa. As barreiras são tantas que é preciso denunciá-las para removê-las.

“As mulheres à luz da Lei têm muitos direitos, mas na prática existem muitas barreiras para o exercício pleno desses direitos.”

Que opinião tem sobre a “coisificação” da mulher?

Não consigo generalizar. Certamente é um desafio que muitas mulheres enfrentam. Tenho a percepção de que servem essencialmente como objectos sexuais, às vezes, fora ou dentro do casamento. Devemos pensar se a forma como tratamos as mulheres é digna. Ocorre-me agora aquela parte da nossa tradição em que uma mulher, casando-se, vai à tia paterna para que esta lhe diga: Ainda que não tenha desejo sexual, deverá sempre estar disponível para o marido. Assim a tia está a dizer que a vontade dela não tem qualquer valor. Nesse contexto, a vontade do marido é soberana e ele não pode encontrar nenhuma barreira à satisfação da sua vontade. É óbvio que temos que parar para pensar nisso!

Os movimentos feministas em Angola têm conseguido diminuir as assimetrias entre homens e mulheres?

Eu sou uma das co-fundadoras do movimento feminista angolano. Começamos nas redes sociais e depois passamos à “vida real”. Naturalmente, não é um movimento perfeito, mas há algo que nunca negaremos, o movimento feminista angolano pelo seu vigor e acutilância, conseguiu provocar um debate generalizado na sociedade sobre a questão dos direitos das mulheres. E hoje, já podemos afirmar que a sociedade debate este tema.

Há uma tomada de consciência?

Sim, penso ser um mérito que não podemos negar ao movimento feminista. O movimento feminista surge precisamente como um movimento de educação cívica em matéria dos direitos das mulheres, uma educação para a cidadania plena. Depois, as mulheres percebem que são uma espécie de cidadãs de segunda ou terceira, porque afinal são cidadãs que à luz da Lei têm muitos direitos, mas na prática existem muitas barreiras para o exercício pleno desses direitos.

Como seria o mundo onde os direitos das mulheres fossem efectivamente respeitados?

Primeiro, temos medo do desconhecido e é normal. Estamos numa sociedade muito machista e não são só os homens, as mulheres também são muito machistas. Por vezes queremos discutir com as mulheres sobre os seus direitos e elas são as primeiras a negarem.

Se quisermos saber o exemplo de mundo, onde a paridade e a equidade tenham sido já alcançadas, podemos olhar para alguns países que já conseguiram bastante nesse aspecto. Podemos olhar para os países da Europa do Norte: Noruega, Dinamarca, Suécia, Finlândia. Podemos também olhar para países como Alemanha e ver afinal como é que ficou o mundo onde se conseguiu fazer justiça às mulheres e, assim, reduzir o nosso medo do desconhecido.

entrevista

AGBESSI CORA NETO
FEMINISTA E ADVOGADA



No seu ponto de vista, todos deveriam ser feministas?

Se fôssemos todos feministas, de repente, resolveríamos todos os problemas e, lá no final, já ninguém precisaria ser feminista porque os problemas estariam todos resolvidos. Então, acho que é uma grande vantagem, sermos todos feministas para depois deixarmos de precisar do feminismo. Eu acho que sim, e ficaria muito feliz se o Estado angolano, um dia destes, adoptasse uma política de Estado Feminista.

“Sem investimento não vamos a lado nenhum. É preciso infra-estruturas e orçamentos vinculados directamente às políticas de género.”

E o Estado angolano o que faz para diminuir esta desigualdade entre homens e mulheres?

O Estado angolano é de muito boa vontade, porque tem leis interessantes, subscreve os acordos e os protocolos internacionais; está sempre ali para sair muito bonito na fotografia. Precisamos de instrumentos jurídicos de natureza internacional para tratar destas matérias e o Estado adere e ratifica tudo. O problema é que não tem a mesma ambição, a nível interno, não só para desenvolver instrumentos jurídicos, mas tudo o que precisa, para tornar isto uma realidade. E como há falta de ambição, também não faz os investimentos necessários para a consecução do que diz ter adoptado. Sem investimento não vamos a lado nenhum. É preciso infra-estruturas e orçamentos vinculados directamente às políticas de género.



A mulher deve empoderar-se ou ser empoderada?

Ambas, mas acho que deve ser mais empoderada do que empoderar-se. Porque se uma pessoa não tem acesso a uma série de ferramentas que visam o empoderamento, é óbvio que alguém tem que dar esse acesso, por isso é que a questão da cidadania plena das mulheres e dos seus direitos é política, porque precisa mesmo de políticas para que possa acontecer.

O Objectivo de Desenvolvimento Sustentável nº 5 fala de se alcançar a igualdade de género e empoderamento de todas as mulheres até 2030. É possível alcançar este marco em Angola?

Na verdade, é o ideal. Realmente o “timing” é bastante curto, mas acho que terá sido de propósito para também exercer maior pressão sobre os países. Creio que na parte mais fácil é possível alcançar este objectivo até 2030, é possível adoptar todas as políticas necessárias, até em menos tempo. O problema está na sua materialização porque mexe com a sociedade e há coisas que podem ser introduzidas de forma mais rápida, mas certamente haverão outras que poderão ultrapassar 2030, porque a própria sociedade tem que se conformar e adaptar-se a essas alterações e isso vai levar o seu tempo.

E daqui a 10 anos, já se notarão as diferenças?

Nós temos uma vantagem em África que tem a ver com o dividendo demográfico. Somos um continente bastante jovem e, certamente, Angola estará entre os países mais jovens de África. Os jovens são mais propensos a mudanças. Estamos em crer que estando a chegar uma fase em que jovens vão chegar ao poder, isso poderá dar uma lufada

É formada em Direito pela Universidade Agostinho Neto (UAN) e pós-graduada em Direito de Negócios Europeus e Transnacionais pela Universidade do Minho, Portugal.

Actualmente, é docente na Faculdade de Direito da UAN, advogada e activista social com ênfase nos Direitos das Mulheres.



de ar fresco. Acredito, no fundo do meu coração, que conseguiremos mudanças muito mais rápidas aqui. Acho que apesar das resistências e do medo do desconhecido, esta sociedade, sendo positivamente influenciada, ainda tem muito para contribuir. E esta geração mais nova de mulheres não vai querer submeter-se simplesmente. As coisas vão ser muito melhores daqui a 10 anos, com a transição geracional. Agora, não podemos parar de lutar. 

Texto: *António Gongga*



reflectindo

SER CONSCIENTE E MUDAR

Quando o marido morre, a terra vai com ele. Se queres que a terra fique, tens que viver com as memórias dele até morreres...” Júlia Mulondo, de Mussaul, Cuanza Sul, perdeu o marido há 25 anos e nunca mais voltou a casar com medo de perder o seu direito sobre a terra. As suas palavras exemplificam a vulnerabilidade em que muitas mulheres se encontram, umas por razões de viuvez, outras separadas ou divorciadas, conforme ilustra este pequeno trecho da pesquisa de Paulo Filipe, “Nós e a nossa terra”.

do com este estudo, as mulheres são consideradas apenas trabalhadoras e os maridos são os donos dos terrenos. Muitas vezes, há uma distribuição da terra entre os familiares do marido e a mulher é obrigada a

O enfoque e o sentido sobre Direitos Humanos deve ser desenvolvido de baixo para cima



♥Dondo | ©Arquivo Mosaiko

Muitos costumes violam os direitos da mulher deixando-a sempre em condição inferior. De acor-

deixar tudo. A forma de sucessão, mais comum, é patrilinear ou seja, em caso de morte do pai, as filhas são excluídas da herança de terras e de outros bens, tendo direito apenas os filhos homens.

O artigo 23 da Constituição da República de Angola diz: “ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, língua, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão”.

Mesmo assim algumas comunidades deparam-se com esta desigualdade e estão a mudar, devido à tomada de consciência das mulheres que não aceitam as in-

justiças a que são submetidas.

Há vários exemplos de violação dos direitos das



Africa | EDR

mulheres, basta ver como a sociedade trata as mulheres e chegaremos à conclusão que a sorte da mulher é muito dura.

As leis, convenções, instituições e movimentos existentes para proteger os direitos da mulher nem sempre conseguem solucionar os problemas. O acesso à justiça, em Angola, é mais difícil para mulheres. Como proteger a mulher neste contexto?

Ser consciente quanto aos seus direitos, permite que as mulheres questionem a sua condição social e isto pode ajudá-las a ter uma maior participação na vida pública, domínio sobre si mesmas e a defender, vigorosamente os seus direitos.

Já há algumas mulheres que embandeiraram a defesa e promoção dos Direitos das mulheres e se intitulam

“feministas”, mas porque este termo também suscita a ideia de que o feminismo é anti-homem, muitas outras que acreditam na política feminista, não se assumem como tal.

O feminismo é um movimento político, filosófico e social que defende a igualdade de direitos entre mulheres e homens, não é anti-homem é anti-sexista.

Toda a pessoa e todos os povos têm o direito de participar, contribuir e desfrutar do desenvolvimento económico, social e político

Defender e proteger os direitos das mulheres não é um dever único das feministas, nem uma luta exclusiva das mulheres. Sem os homens como aliados não haverá progressão. Um homem que se despe do privilégio masculino, que abraça a política feminista, é um guerreiro digno de lutar com as mulheres.

Esta luta cabe a todos, aos Estados criando políticas públicas que permitam que as mulheres vivam com dignidade, às instituições, às comunidades e a cada um. Todos, homem ou mulher deve ser considerado pessoa! ●



▼ Jango do Mosaiko | Cidadania em Debate, Activismo Social | ©António Gongá

Texto: *Djamila Ferreira*

notícias

Mosaiko forma transformadores

O Mosaiko capacitou 280 cidadãos sobre Desenvolvimento e Género em cinco províncias, através da metodologia Educação para a Transformação.

De 11 a 22 de Março, homens e mulheres reflectiram sobre o desenvolvimento das comunidades e a violação dos Direitos Humanos, no âmbito do projecto “Políticas Públicas Inclusivas”, implementado pelo Mosaiko e Fundação Fé e Cooperação, com apoio da União Europeia e do Instituto Camões.



📍 Ondjiva - Cunene | Participantes da formação, durante a dinâmica de consciencialização sobre boas e más atitudes.



📍 Cazenga - Luanda | Momento de análise das causas e consequências dos problemas da comunidade.



📍 Cazenga - Luanda | Roda de partilha e debate sobre o Desenvolvimento e Género.



📍 Dundo - Lunda Norte | Grupo de agentes formados para transformar.

📍 Ondjiva - Cunene | Vigílio Iyova, governador da província, durante a sessão de abertura da formação.



📍 Dundo - Lunda Norte | Dinâmica de reflexão sobre o contributo de cada um para o desenvolvimento da comunidade.

Fotografias: ©A. Gongga | H. Teotónio | D. Ferreira

Texto: António Gongga

Construindo Cidadania

Rádio Ecclesia | 97.5 FM
ZAP | Canal 504

Sábado
às 08H30

